



Assembleia Municipal Extraordinária

06/janeiro/2017

APROVAÇÃO DO PDM

A 23 de setembro último, a CDU, nesta mesma Assembleia, alertou o executivo camarário para o que se antevia de mais problemático na aceitação, por parte das populações, do novo PDM. Alertámos, e passo a citar, "...para os perigos deste documento ao travar a redução das áreas urbanizáveis, o que afetará as atividades económicas, em particular no que respeita à construção. Mas mais que uma questão de área urbanizável, ..., parece-nos relevante perceber o alcance da redução do índice de ocupação de solo que poderá inviabilizar a construção em terrenos de menor dimensão."(fim de citação). Desde a contra-argumentação do executivo nessa mesma sessão até ao momento atual, é factualmente inegável que não houve por parte da Câmara Municipal de Caminha, vontade ou compreensão da dimensão do nosso alerta.



Da leitura atenta dos documentos enviados, dos resultados das reclamações ao relatório, percebe-se uma maior preocupação na defesa do documento prévio do que na construção coletiva do documento final. E isso, só por si, é expressivo da capacidade ou incapacidade, de negociação do executivo camarário, liderado pelo PS, muito diferente na forma, o que valorizamos, mas tão igual, nos resultados, ao PSD. Uns e outros há praticamente 40 anos que no concelho de Caminha fazem da sua incapacidade o campeonato de campanha, num rodízio político onde impera a incoerência e o determinismo pouco ideológico mas muito partidário. Senão vejamos. O PSD, que criticou, nos seus 12 anos de mandato, o modelo imposto pelo anterior PDM, protelando planos de pormenor, promovendo outras leituras do documento, e contornando condicionantes, é agora defensor desse mesmo PDM, aprovado há 21 anos atrás sobe a liderança do PS. O mesmo PSD que teve, no seu mandato, a obrigação de rever o PDM, revelando total incapacidade para o fazer, vem hoje procurar saldar a



sua dívida fazendo com que, por ação e influência sua, o município de Caminha continue sem PDM revisto, mostrando como com o PS e com o PSD na Câmara Municipal, em 21 anos nada se faz, nada se altera, nada se opera, nada se cria, nada se projeta, nada se desenvolve nos vales do Âncora e do Coura-Minho. E pior do que isso, o PSD sabe que, se há algo a que não se pode agarrar é precisamente à falta de modelo de desenvolvimento patente neste documento, e com a qual a CDU até discorda em parte. Porque na verdade, o novo documento é tão declaradamente centralizador na organização do território e na limitação urbana nas freguesias periféricas aos grandes centros urbanos, que merecerá o epíteto de PDM Verde. E disso não restam dúvidas, e o PSD sabe-o, como o PS também. Mas a CDU entende que esta afirmação verde se faz de costas voltadas com parte das populações e particularmente com os seus legítimos representantes, ou seja, as Juntas de Freguesia. E ao contrário do PS e do PSD, a nossa firmeza ideológica, matriz que alicerça a nossa construção partidária, não nos permitiu,



nem fazer, nem quebrar compromissos com as populações, que não fossem reais. E esta é também uma das razões que vinculam o PSD ao voto contra, que para camuflarem esta culpa, procuram apelar, em tom de ameaça política, aos Eleitos Municipais e Presidentes de Junta para que hajam fora da análise dos seus partidos, para afinal se alinharem todos com o PSD, um partido que promove a ação contrapartidária, contrária à razão que sustenta a sua própria existência, e que por isso, quem sabe, nas próximas eleições autárquicas, até não se irá candidatar enquanto partido porque se irá associar a movimentos avulsos de cidadãos, porventura muito mais defensáveis e justos. Assim não pensa a CDU, que reconhece facilmente que com a atuação do PSD nos 12 anos de liderança na Câmara Municipal, por não ter cumprido com a sua obrigação de rever em tempo útil o PDM, criou falsas expectativas nas pessoas e nos investidores. E isso deve pesar-vos na decisão política, porque sabem que muitos pequenos proprietários adquiriram terrenos na consciência criada por V.



Exas. de que o PDM de 1995 seria eterno. Por seu turno, o PS sente que não tem qualquer responsabilidade nessa matéria porque cumpriu com a sua obrigação de tudo fazer para concluir o processo num mandato, quando o PSD não o fez em três. Daí esta aparente inflexibilidade do PS, e esta grande culpa do PSD, que sabe que em última instância, passada a revolta inicial, é a eles que os proprietários e investidores imobiliários atribuirão a culpa da expectativa gerada, mesmo que gritem e persistam na vossa estratégia de comunicados e cartas abertas, difundidas num órgão local de comunicação social e deixadas nas redes sociais à espera da purga sancionatório popular, se possível verborreica, insultuosa e ofensiva.

A CDU não esperava que este processo fosse fácil e fez da sua intervenção discreta o apelo à participação popular a quem cabia a reclamação particular. Mas também sabia que o processo seria ainda mais dificultado pela estratégia política encetada pelo PSD, que, acima da população, assumiu que governa todo o vale do Âncora e daí partirá para



as próximas eleições, afinal de contas, como partido político organizado. Mas também porque o PS faz neste processo político um teste de vínculo eleitoral. E a CDU tem consciência que acima de tudo estes dois partidos tudo farão para impedir a voz do PCP e da CDU na Câmara Municipal, fazendo a população esquecer que só eles, PS e PSD, em 40 anos, tem estado sempre juntos neste órgão municipal. Por isso o PS ignorou o nosso alerta, e com ele o de alguns populares e juntas de freguesia; e por isso o PSD, mesmo antes do processo ter começado, havia decidido o seu voto contra.

Pena é que com tudo isso se tenha perdido o debate político sobre o modelo verde assumido, provavelmente desligado das populações, quando na verdade é essencial o encontro da sustentabilidade com a presença do ser humano e não com a sua extinção.

É por isso que o caminho se faz caminhando e não de forma abrupta.

Há 21 anos atrás tudo era possível, e, entre outros exemplos, assistimos todos à destruição de Vila Praia de Âncora.



A partir de hoje, nada se poderá fazer.

Como diz o povo, fomos do 8 ao 80.

Olhando o PDM, é importante perceber que nele se medem as possibilidades e as limitações, e estas são adstritas à ocupação do solo, mas também às disposições administrativas e técnicas a definir em Planos de Pormenor. Assim, todas as áreas suscetíveis de Planos de Pormenor poderão ficar condicionadas a investimentos no próximo mandato, ou aos dois próximos mandatos. Este é um domínio de compromisso que não existe nesta fase do processo, fazendo com que todas as reclamações atendidas nestas zonas, são afinal aceitações condicionais. É disso exemplo a zona industrial/empresarial de Argela-Vilar de Mouros ou da Gelfa-Laboradas.



Há assim ainda matéria de compromisso a ser clarificada nesta Assembleia, a partir da qual se deverá construir o voto de cada um. A CDU recusa qualquer subversão deste princípio. A CDU recusa qualquer pressão ou influência que impeça o esclarecimento e o juízo fundamentado.

Disse.